LEI Nº 6536, DE 31 DE JULHO DE 2019.

[Texto original](#)

[Texto compilado](#)

Autoriza o poder executivo municipal a doar, com encargos, as áreas especificadas nesta Lei situadas no Distrito Industrial Bandeirinhas, neste Município, às empresas GTS Transportes e Locação LTDA e Protomax Ferramentaria, Protótipos e Usinagem LTDA e define as contrapartidas para a implantação da 2ª etapa do sistema de macrodrenagem em parte da Avenida Sanitária do Córrego do Goiabinha, e dá outras providências.

O Povo do Município de Betim, por seus Representantes, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS ÁREAS DOADAS E AS SUAS RESPECTIVAS AVALIAÇÕES

~~Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a doar, com encargos, à empresa GTS TRANSPORTES E LOCAÇÃO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.355.217/0001-09, com sede na Rua Antônio Bernardino Costa, nº 281, Bairro Petrópolis, CEP: 32.655-045, a área de 8.482,21m² (oito mil quatrocentos e oitenta e dois e vinte um metros quadrados), parte da área maior de 1.209.680,00m² (um milhão duzentos e nove mil seiscentos e oitenta metros quadrados), situada no lugar denominado “Fazenda Bandeirinha de Cima”, lote nº 13 da ilha nº 05, bairro Distrito Industrial Bandeirinhas, neste Município, discriminada no Processo Administrativo nº 20.100/2019. (Redação original)~~

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a doar, com encargos, à empresa GTS TRANSPORTES E LOCAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.355.217/0001-09, com sede na Rua Antônio Bernardino Costa, nº 281, Bairro Petrópolis, CEP 32.655-045, área de 8.482,58 m² (oito mil quatrocentos e oitenta e dois metros quadrados e cinquenta e oito décimos quadrados), situada no lote 15 (quinze), da ilha 5 (cinco), na Expansão sul, do Distrito Industrial Bandeirinhas, em Betim/MG, matrícula nº 179.152, conforme Processo Administrativo de nº 20.100/2019. (NR) [\(Redação dada pela Lei Nº 7.257, de 17 de abril de 2023.\)](#)

Parágrafo único. A área estabelecida no **caput** deste artigo foi avaliada no valor de R\$ 2.324.000,00 (dois milhões trezentos e vinte e quatro mil reais), conforme Laudo Técnico de Avaliação elaborada pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis de Betim no Processo Administrativo nº 20.100/2019.

~~Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a doar, com encargos, à empresa PROTOMAX FERRAMENTARIA, PROTÓTIPOS E USINAGEM LTDA., pessoa jurídica de direito privado,~~

~~inscrita no CNPJ sob o nº 18.047.722/0001-67, com sede na Avenida Tapajós, nº 264, bairro São Caetano, Betim/MG, CEP: 32.677-595, a área pública de 3.395,00 m² (três mil trezentos e noventa e cinco metros quadrados), parte da área maior de 1.209.680,00m² (um milhão duzentos e nove mil seiscentos e oitenta metros quadrados), situada no lugar denominado “Fazenda Bandeirinha de Cima”, lote nº 10, Ilha 05, Bairro Distrito Industrial Bandeirinhas, neste Município, discriminada no Processo Administrativo nº 20.670/2019. (Redação original)~~

“Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a doar, com encargos, à empresa PROTOMAX FERRAMENTARIA, PROTÓTIPOS E USINAGEM LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.047.722/0001-67, com sede na Avenida Tapajós, nº 264, Bairro São Caetano, CEP 32.677-595, área de 3.400,65 m² (três mil, e quatrocentos metros quadrados e sessenta e cinco decímetros quadrados), situada no lote 12 (doze), da ilha 5 (cinco), na Expansão sul, do Distrito Industrial Bandeirinhas, em Betim/MG, matrícula nº 179.149, conforme Processo Administrativo de nº 20.670/2019.” (NR) [\(Redação dada pela Lei Nº 7.257, de 17 de abril de 2023.\)](#)

Parágrafo único. A área estabelecida no **caput** deste artigo foi avaliada no valor de R\$ 971.000,00 (novecentos e setenta e um mil reais), conforme Laudo Técnico de Avaliação elaborada pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis de Betim no Processo Administrativo nº 20.670/2019.

CAPÍTULO II DAS CONTRAPARTIDAS ESTABELECIDAS

Art. 3º Fica estabelecido que as contrapartidas previstas nesta Lei visam à implantação da 2ª etapa do sistema de macrodrenagem em parte da Avenida Sanitária do Córrego do Goiabinha compreendo os seguintes serviços:

I - execução de serviços de fechamento da canalização em bolsacreto, com laje pré-moldada de concreto, no segmento compreendido entre a estaca 26 e a estaca 33 (cruzamento com a Avenida Dr. José Mariano);

II - implantação da bacia de retenção.

Art. 4º Fica definido que o valor total para a execução das obras deverá ser integralizado pelas donatárias como contrapartida financeira compreendida em 40% (quarenta por cento) do valor da área doada, sendo constituída da seguinte forma:

I – GTS TRANSPORTE E LOCAÇÃO LTDA deverá realizar o pagamento do valor de R\$ 1.102.687,30 (um milhão, cento e dois mil, seiscentos e oitenta e sete reais e trinta centavos);

II – PROTOMAX FERRAMENTARIA, PROTÓTIPOS E USINAGEM LTDA deverá realizar o pagamento do valor de R\$ 440.700,00 (quatrocentos e quarenta mil e setecentos reais).

CAPÍTULO III DAS OBRIGAÇÕES

Art. 5º A doação deverá ser efetivada após a conclusão da implantação da 2ª (segunda) etapa da Avenida Sanitária Goiabinha, até o limite de cada uma das contrapartidas estabelecidas no Termo de Ajustamento Municipal celebrado, com expedição do Termo de Recebimento das obras pela Empresa de Construções, Obras, Serviços, Projetos, Transportes e Trânsito de Betim – ECOS.

Art. 6º Fica estipulada que as donatárias se comprometem a garantir o total cumprimento de suas obrigações, através do pagamento das contrapartidas fixadas para a execução da implantação da 2ª (segunda) etapa da Avenida Sanitária Goiabinha, até o limite de suas contrapartidas estabelecidas.

Art. 7º Fica definido que os encargos, custas e demais despesas financeiras decorrentes o registro da doação deverão ficar a cargo das donatárias.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Fica estabelecido que em caso de descumprimento das contrapartidas e demais encargos estabelecidos deverá ser realizada reversão do imóvel ao patrimônio público, sem qualquer indenização.

Art. 9º A doação estabelecida nesta Lei ocorrerá com fulcro no art. 17, §4º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, não sendo necessária licitação em razão dos fundamentos expostos nos Processos Administrativos nº 20.100, de 20 março de 2019.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Betim, 31 de julho de 2019.

VITTORIO MEDIOLI
Prefeito Municipal

(Originária do Projeto de Lei nº 092/19, de autoria do Prefeito Vittorio Medioli).

Este texto não substitui o publicado no Órgão Oficial de Betim Nº 2579, 27 de abril de 2023.